

Acta da sessão ordinária em 22 de Maio de 1888.

Presidência de Sr. Dr. Augusto A. Guimarães.

Presentes, os honrosos do costume, o Sr. Virador Sr. Augusto A. Guimarães, Sr. Antonio Emílio, Sr. Virgílio de Carvalho, Capitão Pereira d'Almeida, Sr. José da Silva, Sr. Bellarmino Costa, Sousa Lins, Cardeal Rodrigues e Francisco Pires, e Sr. Dr. Presidente absteve-se, sendo lida e posta em discussão a acta da anterior.

O Sr. Virador Francisco Pires pede a palavra para requerer uma rectificação á acta, na parte relativa á votação da proposta de seu illustre collega o Sr. Dr. Antonio Emílio. Utens. diz, contra essa proposta pelo modo porque acta redigida, não contém a idéa n'ella contida: a felicitação ao Ex. Cons. Dantas. Espera que o Sr. Dr. Presidente mande fazer essa emenda.

O Sr. Dr. Presidente declara que o Sr. Virador Pires será satisfeito na presente acta. A acta continua foi approvada e assignada a acta da sessão anterior.

Tem-se conhecimento dos seguintes telegrammas, q.º após a leitura são mandados archivar.

a Repartição feral dos Telegraphos = Estação da Bahia 18 de Maio de 1888 = Provedor do Rio = Endereço = Sr. Augusto Guimarães = Agradecimento cordialmente felicitações dirigidas pela Camara Municipal dessa Cidade = João Alfredo.

a Repartição feral dos Telegraphos = Estação da Bahia, 15 de Maio de 1888 = Provedor do Rio = Endereço = A Camara Municipal da Bahia = A Hon. Camara Municipal da Corte congratula-se com essa Camara pela effluviação da escravidão em nossa patria. - J. Ferreira Nobre, Presidente.

É apresentado um requerimento de Official da Secretaria da Camara Municipal Rodrigues Valença, em que, por ter completado 15 annos de serviço, no dia 10 de fevereiro tem direito, em face do disposto no art. 4.º § 1.º da Resolução Provincial n.º 1051 de 23 de Junho de 1865, e art. 99 da Lei n.º 2.234 de 12 de Setembro de 1881.

Os requerimentos estavam annexos os títulos de serviço e certidão passada pela Secretaria da Municipalidade. Além disso tinham parecer da Commissão da Justiça, opinando pela deferimento da petição, em vista das disposições legais referidas.



88.

O Sr. Dr. Presidente fez subjecto em discussão.  
O Sr. Francisco Pires metteu que o parecer se está assignado  
por um dos membros da Commissão, parecendo-lhe que  
por isso não pode ainda ser discutido e votado.  
O Sr. Dr. e Antonio Enxeris diz que não é o primeiro  
parecer que entrega sem a assignatura de seu digno collega  
da Commissão, que os votos estão fôr da cidade e com quem  
está de inteira harmonia.  
O Sr. Virador diz que a mulher se preencher a Com-  
missão.  
O Sr. Dr. Presidente declara que o Sr. Dr. Francisco Pires  
está fôr da cidade, mas não deu parte a Camara, que  
a ausencia desse Sr. Virador é por poucos dias, e que sub-  
metta o parecer a discussão, não tendo a assignatura  
de um dos dignos membros da Commissão, pois que esta  
foi enviada para uma formalidade, visto como se trata de  
objeto que não offerece duvida: e questão de direito claro.  
O Sr. Francisco Pires não insiste; está satisfeito com  
as explicações que ouviu.  
O parecer, encerrada a discussão, é approvado por una-  
nimidade.  
O Sr. Dr. Presidente declara que não ha mais expedien-  
te sobre a mesa.  
Diz que, a proximando-se a festa de Corpus Christi,  
que a Camara é obrigada a fazer, vai mandar ler os offi-  
cios que tem de ser expedidos ao povo. São lidos e as-  
signados os subditos officios, ficando o Presidente auto-  
rizado a fazer as disposições com a verba para ella devida.  
Pede aos Srs. Viradores que tenham propostas a apre-  
sentar, queiram fazê-las.  
O Sr. Francisco Pires tem uma proposta; mas antes  
de entregal-a quer sobre ella dizer algumas palavras.  
Diz, em resumo, que como filho desta Provincia, con-  
te que ella trabalhe se para a Corte, e que ainda tenha,  
por causa da maldita centralização.  
Tudo precisamos, e estamos quasi estacionarios, queram le-  
var isto a plenum que a eis enviaramos, e metta a lithe-  
ra da Estada de fôr na Calçada.  
Quer que se saiba em todo tempo que ha um bra-  
ço que protestou contra essa excessão e que lembrou  
a meio de impedil-la.  
Lamentta que o arthur Virador ou Deputado desta



Província se lembrarem de oppor-se a isso.  
Entende que o Bendegó attribuirá estrangeiros a nossa  
patria, curiosa de verem aquella variedade, que em factos de  
entre logas mais aprofundado em que fiquem, pede ao depa-  
tado do Possio Publico.  
E' esta a proposta: " Sendo as Camaras e Municipios  
as fins interpretes dos sentimentos dos seus Municipios, in-  
cumbendo-lhe de fazer a aquisicao de todos os melhoram-  
to requiro que esta Camara, por intermedio do Presidente  
da Provincia, se dirija a Sua Alteza Imperial, pedindo-lhe  
que deixe ficar nesta Capital e meteorolito - Bendegó -  
visto ser esse phenomeno e mais notavel do mundo, e fizesse  
de por sua variedade chamar a curiosidade das nações cul-  
tas para esta Provincia. Para da Camara Alm., 22 de  
Maio de 1888 - Francisco Pires de Carvalho."

O Sr. Presidente põe o materia em discussao.  
O Sr. Antonio Euribio comeca dizendo que e' mais fa-  
cil de se oppor-se as propostas do honrado Sr. Vereador Francis-  
co Pires. Não e' mais vantavel ao seu collegas, simplesmente  
dirigir de algumas de suas opinioes.  
Não tem competencia na Camara, não foi para  
oppor-se, mas unicamente para intervir de qualquer modo  
que o meteorolito Bendegó siga para a Corte. Em que  
caracter dirigir-se-hia elle do governo, solicitando-lhe que  
obtenha de Sua Alteza Imperial Regente que deixe o Ben-  
degó nesta Capital? O meteorolito e' bem deste Municipio?  
Não, porque não e' nem do de Monte Santo, onde  
foi encontrado, como tambem não e' de propriedade da Pro-  
vincia, a vista de nossa legislacao. Se ha' algum que te-  
nha direito sobre o Bendegó entre nós e' o nobre e' dono do ter-  
reno onde elle sahio, onde foi encontrado. Depois, no caso  
de ficar o Bendegó nesta Capital, onde o collocariamos?  
No Possio Publico? Ah! era para desaparecer em breve  
tempo, porque não faltaria quem quizesse possuir um peda-  
cinho d'aquella variedade, e tantas amostras lhe haviam de  
tirar, que dentro em pouco acabariam com elle.  
Prescindindo da questao de logar, insiste ora de direito,  
na lei organica das Camaras não ha' nenhuma disposicao  
que as autorize a entrar em questao desta ordem.  
Sua justifiacao teria, pois, sua interposicao neste de-  
bato da Provincia?  
Um Sr. Vereador. - Estando a Assembleia aberta, e' an-  
tella que se devam dirigir, e' elle que deve proferir a voz



Atividade do Bendegó.  
O Sr. Dr. Antonio Euclides, nem elle e competente; porque, reputa o meteorolito não e propriedade da Provincia.  
Depois, pensa que, ainda quando se podesse considerar o meteorolito propriedade da Provincia, não seria esta a melhor occasião para encontrarmos os d'esses tas vivamente manifestados pela Princeza Imperial, que a caber de firmar a lei que extinguiu a escravidão no Brasil.  
Parece-lhe que, quando de toda parte se grem felicitações a Princeza Regente, quando o chefe da igreja catholica a caber de presentear-se com a rosa de ouro, com que honra os grandes actos da humanidade, não seria generoso, pelo menos, offerecer a Patria, a satisfação d'aquelles desejos.  
O Bendegó não symboliza gloria da Provincia, não tem senão valor scientifico, que aqui, seguramente, não poderia ser devidamente apreciavel; e sobre Viçador e o proprio que reconhece que aqui não teriamos onde collocar o meteorolito, objecto proprio para figurar em Muséus ou em estabelecimentos scientificos.  
Entretanto, não tanto por essas considerações como pela manifestada incompetencia da Camara, nega em voto a proposta do benado Sr. Viçador, e assim se exprime, não quer de modo nenhum influir no animo de seus dignos collegas, que, como sempre votará com toda franqueza.  
Continuando a proposta em discussao, o Sr. Francisco Pires diz que, não obstante os argumentos de seu digno collega que desobedi de fallar, insiste em sua proposta.  
E' sua opiniao que o Bendegó tambem pode aqui servir para estudo, e para attrahir sabios e curiosos estrangeiros. Pensa que o meteorolito pertence a Provincia e n'ella deve ficar.  
Encerrada a discussao, votam pela proposta o autor e o Sr. Dr. Bellarmine Costa; e contra os Srs. João Siqueira, Coronel Rodrigues, Dr. Virgilio de Carvalho, Capitão Pereira d'Almeida, Luiz José da Silva, Luiz d'Almeida, Dr. Antonio Euclides e Dr. Augusto Guimarães.  
O Sr. Viçador Francisco Pires fez a seguinte requisição: Já estando a Assemblia Provincial funcionando de ha pouco de dois meses, e não tendo sido submettida a consideração da Camara o balnear de sua recusa e des- fuma, que tem de ser submettida a Assemblia, requiro que se me informe qual a razão de semelhante demora. Páco da Camara, 22 de Maio de 1888 - Francisco Pires da



O Sr. Dr. Presidente te replico que os balancetes que deviam  
ser apresentados a Assembleia, no Relatorio deste anno, ja se  
fez em Assembleia do anno passado, porque n'essa occasião  
estando ja findo o anno Municipal de 1886 a 1887, e, acham-  
do-se a Commissão Legislativa Provincial funcionando, enviou-lhe  
logo a mesma seu trabalho, de modo que aquillo que o Sr.  
Presidente julga atrasado, teve, ao contrario, a divisa timoroso.  
No Relatorio que, para melhor unio formalidade, tem  
de ser remettido n'isto dia, vão os balancetes do primeiro e  
segundo de cada de anno vigente.  
E não havendo mais nada a tratar, o Sr. Dr. Presidente  
fez a sessão.

*Presença*  
Bellator Sr. Dr. Augusto  
seguintes  
Sr. José de Silva

Acta do dia 8 de Junho de 1888.  
Presidência de Sr. Dr. Augusto A. Guimarães.  
As horas de costume, feita a chamada, responderam  
na sessão os Sr. Veneráveis Sr. Augusto Guimarães, Sr.  
José de Silva, Sr. José de Silva, Sr. Pereira et Alencar,  
Carvalho, Copelato e Francisco. Puro, pelo que o Sr. Dr.  
Presidente declarou não haver mais nada para fallar de ordem  
do legal.

*Presença*  
Bellator Sr. Dr. Augusto  
seguintes

Câmara Municipal da Bahia

Ata da sessão ordinária em 22 de Maio de 1888.

Presidência do Sr. Dr. Augusto A. Guimarães.

Presentes, às horas de costume, os Srs. Vereadores Dr. Augusto A. Guimarães, Dr. Antonio Euzébio, Dr. Virgílio de Carvalho, Capitão Pereira d'Almeida, Luiz José da Silva, Dr. Berllarmino Costa, Souza (Suares), Coronel Rodrigues e Francisco Pires. O Sr. Presidente abriu a sessão, sendo lida e posta em discussão a ata da anterior.

O Sr. Vereador Francisco Pires pediu a palavra para requerer uma retificação à ata, na parte relativa à notação da proposta de seu ilustre colega o Sr. Dr. Antonio Euzébio. Votou, diz, contra essa proposta pelo modo como porque estava redigida, não contra a idéia nela contida: a felicitação ao Exmo. Cons. Dantas. Espera que o Sr. Presidente mande fazer essa emenda.

O Sr. Presidente declarou que o Sr. Vereador Pires será satisfeito na presente ata. E, ato contínuo foi aprovada e assinada a ata da reunião anterior.

Toma-se conhecimento dos seguintes telegramas, que após a leitura são mandados arquivar.

"Repartição Geral dos Telégrafos = Estação da Bahia. 18 de maio de 1888 = Procedente do Rio = Endereço - Sr. Augusto Guimarães. Agradeço cordialmente felicitações dirigidas pela Câmara Municipal dessa cidade - João Alfredo ."

"Repartição Geral dos Telégrafos = Estação da Bahia. 15 de Maio de 1888 = Procedente do Rio = Endereço - À Câmara Municipal da Bahia = A Ilma. Câmara Municipal da Corte congratula-se com essa Câmara pela extinção da escravidão em nossa pátria. - J. Ferreira Nobre, Presidente." É apresentado um requerimento do Oficial Maior da Secretaria da Câmara, Manoel Rodrigues Valença, em que, por ter completado 25 anos de serviço no dia 20 de fevereiro do corrente ano, pede a gratificação adicional a que tem direito, em face do disposto no art. 4º § 1º. da Resolução Provincial nº1051 de 29 de junho de 1868, e art. 99 da de nº 2.284 de 12 de setembro de 1881. Ao requerimento estavam anexos os títulos de nomeações e certidão passada pelo Secretário da Municipalidade. Além disso tinha parecer da Comissão de Justiça, opinando pelo deferimento da petição, em vista das disposições legais referidas.

O Sr. Dr. Presidente pôs o objeto em discussão.

O Sr. Francisco Pires nota que o parecer só está assinado por um dos membros da Comissão, parecendo-lhe que por isso não pode ainda ser discutido e votado.

O Sr. Dr. Antonio Euzébio diz que não o primeiro parecer que entrega sem a assinatura de seu digno colega da Comissão, que às vezes está fora da cidade e com quem está de inteira harmonia.

Um Sr. Vereador diz que o melhor é preencher a Comissão.

O Sr. Dr. Presidente declara que o Sr. Dr. Garcia Pires está fora de cidade, mas não deu parte à Câmara; que ausência desse Sr. Vereador é por poucos dias e que submetta o parecer à discussão, não tendo a assinatura de um dos dignos membros da Comissão, visto como se trata de objeto que não oferece dúvida: é questão de direito claro.

O Sr. Francisco Pires não insiste; está satisfeito com as explicações que ouviu.

O parecer, encerrada a discussão, é aprovado por unanimidade.

O Sr. Dr. Presidente declara que não há mais expediente sobre a mesa.

Diz que, aproximando-se a festa de Corpus Christi, que a Câmara é obrigada a fazer, vai mandar ler os ofícios que tem de ser expedidos ao Governo. São lidos e assinados os sobreditos ofícios, ficando o Presidente autorizado a fazer as despesas com a verba para ela decretada.

Pede aos Srs. Vereadores que tenham propostas a apresentar, queiram fazê-lo.

O Sr. Francisco Pires tem uma proposta; mas antes de entregá-la que sobre ela dizer algumas palavras.

Disse, em resumo, que como filho desta Província, nota que ela trabalha só para a Corte e que nada tinha por causa da maldita centralização. Enquanto de tudo precisamos e estamos quase estacionários, querem levar até o fenômeno que o céu enviou-nos, o meteorolito Bendegó, que deve a qualquer hora chegar à estação da Estrada de Ferro na Calçada.

Quer que se saiba em todo tempo que houve um baiano que protestou contra essa extorsão e que lembrou um meio de impedi-la.

Lamenta que nenhum senador ou deputado desta Província se lembrasse de opor-se a isso.

Entende que o Bendegó atrairá estrangeiros à nossa pátria, curiosos de verem aquela raridade, que em falta de outro lugar mais apropriado em que fique, pede ser depositado no Passeio Público.

É esta a proposta: "Sendo as Câmaras Municipais as fiéis intérpretes dos sentimentos de seus munícipes, incumbindo-lhes de fazer a aquisição de todos os melhoramentos, requeiro que esta Câmara, por intermédio do Presidente da Província, se dirija a Sua Alteza Imperial, pedindo-lhe que deixe ficar nesta Capital o meteorolito - Bendegó -, visto ser um fenômeno o mais notável do mundo, capaz de por sua raridade chamar a curiosidade das nações cultas para esta Província.

Paço à Câmara Municipal, 22 de Maio de 1888. Francisco Pires de Carvalho."

O Sr. Dr. Presidente põe a matéria em discussão.

O Sr. Dr. Antonio Euzébio começa dizendo que é mais fado seu em opor-se às propostas do honrado Sr. Vereador Francisco Pires. Não é má vontade ao seu colega, simplesmente diverge de algumas de suas opiniões.

Não conhece competência na Câmara, não já para opor-se, mas unicamente para intervir de qualquer modo que o meteorolito Bendegó siga para a Corte. Em que carcter dirigir-se-ia ela ao Governo, solicitando-lhe que obtivesse de sua Alteza Imperial Regente que deixe o Bendegó nesta Capital? O meteorolito é bem deste município?

Não, porque não o é nem do de Monte Sante, onde foi encontrado, como também não o é de propriedade da Província, à vista de nossa legislação. Se há alguém que tenha direito sobre o Bendegó outro não é senão o dono do terreno onde ele foi encontrado. Depois, no caso de ficar o Bendegó nesta Capital, onde o colocáremos? No Passeio Público? Aí era para desaparecer em breve tempo, porque não faltaria quem quisesse possuir um pedacinho daquela raridade e tantas amostras lhe haviam de tirar, que, dentro de pouco acabariam com ele.

Prescindindo da questão do lugar, insiste na de direito. Na Lei Orgânica das Câmaras não vê nenhuma disposição que as autorize a entrar em questão desta ordem.

Que justificação teria, pois, sua intervenção neste desejo que manifestam alguns cidadãos de que o Bendegó não saia da Província?

Um Sr. Vereador. -- Estando a Assembléia aberta, é a ela que se devem dirigir, é ela que deve (pr...) a não retirada do Bendegó.

O Sr. Dr. Antonio Euzébio: nem ela é competente; porque, repito o meteorolito não é propriedade da Província.

Depois, pensa que, ainda quando se pudesse considerar o meteorolito propriedade da Província, não seria esta a melhor ocasião para contrariar os desejos tão vivamente manifestados pela Princesa Imperial, que acaba de firmar a lei que extinguiu a escravidão no Brasil.

Parece-lhe que, quando de toda parte surgem felicitações à Princesa Regente, quando o chefe da Igreja Católica acaba de presentear a Rosa de Ouro, com que honra os grandes atos da humanidade, não seria generoso, pelo menos, opor-se a Bahia à satisfação daqueles desejos.

O Bendegó não simboliza glórias da Província, não tem senão valor científico, que aqui, seguramente, não poderia ser devidamente apreciado; o nobre Vereador é o próprio que reconhece que aqui não teríamos onde colocar o meteorolito, objeto próprio para figurar em museus ou em estabelecimentos científicos.

Entretanto, não tanto por essas considerações como pela manifesta incompetência da Câmara, nega seu voto à proposta do honrado Sr. Vereador, e assim se exprimindo, não quer de modo nenhum influir no ânimo de seus dignos colegas, que, como sempre votarão com toda franqueza.

Continuando a proposta em discussão, o Sr. Francisco Pires diz que, não obstante os argumentos de seu digno colega que acaba de falar, insiste em sua proposta.

É sua opinião que o Bendegó também pode aqui servir para estudos e para atrair sábios e curiosos estrangeiros. Pensa que o meteorolito pertence à Província e nela deve ficar.

Encerrada a discussão, votam pela proposta o autor e o Sr. Dr. Bellarmino Costa; e contra os Srs. João Seixas, Coronel Rodrigues, Dr. Virgílio de Carvalho, Capitão Pereira d'Almeida, Luiz José da Silva, Luiz d'Azevedo, Dr. Antonio Euzébio e Dr. Augusto Guimarães.

O Sr. Vereador Francisco Pires fez o seguinte requerimento:

"Já estando a Assembléia Provincial funcionando a perto de dois meses, e não tendo sido submetido à consideração da Câmara o balanço de sua receita e despesa, que tem de ser submetido à Assembléia; requeiro que se me informe qual a razão de semelhante demora. Paço da Câmara, 22 de Maio de 1888 -- Francisco Pires de Carvalho.

O Sr. Dr. Presidente explica que os balancetes que deviam ser apresentados à Assembléia, no Relatório deste ano, já o foram em Novembro do ano passado, porque nessa ocasião estando já findo o ano Municipal de 1886 a 1887, e, achando-se o Corpo Legislativo Provincial funcionando, enviou-lhe logo a Câmara esse trabalho, de modo que aquilo que o Sr. Vereador julga atrasado, teve, ao contrário, adiantamento.



No Relatório que, para preencher uma formalidade, tem de ser remetido neste dias, vão os balancetes do primeiro semestre decorrido do ano vigente.

E não havendo mais nada a tratar, o Sr. Dr. Presidente fechou a sessão.